



Por uma Epistemologia do Saber da Experiência com a comunidade descolonizada

Marta Soares da Silva

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Brasil

Stefano Rocha da Cruz

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Brasil

Cláudia Maria Costa Dias

Universidade Internacional de La Rioja – UNIR, Espanha

RESUMO

O conhecimento é um instrumento de poder, por esta razão é salutar refletir epistemologicamente sobre qual a importância da comunidade descolonizada para a ciência. O objetivo é pensar as relações de silenciamento eurocêntrico que se estabelecem por meio da epistemologia e silenciam comunidades inteiras por desconsiderá-las como produtoras de conhecimento. Para tanto, apresenta-se uma discussão, dentre outros, por meio de Ela (2012), Hegel (2008), Fourez (1995) e Nietzsche (1983). A investigação foi de abordagem exploratória, por meio de documentos da política de gestão comunitária implementada pelo governo de Angola, no continente africano, cidade do Sumbe - Cuanza Sul, desde o ano de 2010. Os dados foram levantados em fontes de pesquisas acadêmicas, material de imprensa independente, leis e sites governamentais. Como resultado central deste estudo foi possível compreender que, a comunidade descolonizada é de suma importância para a ciência, bem como evidencia sua participação e a constante produção de conhecimento a partir de sua própria realidade singular.

PALAVRAS-CHAVES: Epistemologia. Educação. Comunidade.

FOR AN EPISTEMOLOGY OF KNOWLEDGE BASED ON THE EXPERIENCE WITH THE DECOLONIZED COMMUNITY

ABSTRACT

Knowledge is an instrument of power, for this reason it is healthy to reflect epistemologically on the importance of the decolonized community for science. The objective is to think about the Eurocentric silencing relationships that are established through epistemology and silence entire communities by disregarding them as producers of knowledge. Therefore, a discussion is presented, among others, through Ela (2012), Hegel (2008), Fourez (1995) and Nietzsche (1983). The investigation had an exploratory approach, through documents of the community management policy implemented by the angolan government, in the African continent, city of Sumbe - Cuanza Sul, since the year 2010. The data were collected from academic research sources, material independent press, law and government websites. As a central result of this

study, it was possible to understand that the decolonized community is of paramount importance for science, as well as showing its participation and the constant production of knowledge from its own unique reality.

KEYWORDS: Epistemology. Education. Community.

POR UNA EPISTEMOLOGÍA DEL SABER A PARTIR DE LA EXPERIENCIA CON LA COMUNIDAD DESCOLONIZADA

RESUMEN

El conocimiento es un instrumento de poder, por lo que es saludable reflexionar epistemológicamente sobre la importancia de la comunidad descolonizada para la ciencia. El objetivo es pensar las relaciones silenciadoras eurocéntricas que se establecen a través de la epistemología y silencian comunidades enteras al desconsiderarlas como productoras de conocimiento. Por ello, se presenta una discusión, entre otros, a través de Ela (2012), Hegel (2008), Fourez (1995) y Nietzsche (1983). La investigación tuvo un enfoque exploratorio, a través de documentos de la política de gestión comunitaria implementada por el gobierno angoleño, en el continente africano, ciudad de Sumbe - Cuanza Sur, desde el año 2010. Los datos fueron recolectados de fuentes de investigación académica, material de la prensa independiente, leyes y sitios web gubernamentales. Como resultado central de este estudio, se pudo comprender que la comunidad descolonizada es de suma importancia para la ciencia, además de mostrar su participación y la constante producción de conocimiento desde su propia realidad única.

PALABRAS CLAVE: Epistemología. Educación. Comunidad.

1 INTRODUÇÃO

É próprio do ser vivente uma história. Para contar o que constituiu a composição deste viver recorreremos aos fatos históricos, contudo, quem conta a história? A narrativa dos fatos, o discurso, o modo de dizer é construção, é produção de sentido e conhecimento.

Ao olhar para a composição historiográfica e suas escolas identificamos lugares distintos de quem narra os fatos, o qual nem sempre é contado por quem a viveu ou por suas perspectivas. Quando alguém se apropria dos fatos sem respeitar a realidade de quem viveu, pode ocorrer um processo de descaracterização e subalternização. É um sequestro e usurpação de subjetividades.

Quem conta a história epistemológica das comunidades descolonizadas? As narrativas históricas não são neutras, possuem perspectivas que podem representar um padrão normativo de uma elite branca, heteronormativa, eurocêntrica, racista, a qual domina os meios de produção e publicização dos fatos. Neste cenário, a história é contada por quem detém o poder e possui uma visão míope sobre os fatos e segue elegendo quem produz ou não ciência.

É em razão deste silenciamento subjetivo e objetivo que se propõe refletir acerca do conhecimento. E o que é conhecimento? O conhecimento é algo que pertence a alguém? Quem determina o que é conhecimento?

O conhecimento é um instrumento poderoso, de outra forma não seria proporcionado a alguns e negado a outros. O conhecimento altera realidades, por esta razão é instrumento de disputa, e se pelo conhecimento podem ocorrer verdadeiras metamorfoses, é salutar pensar formação.

Para refletir epistemologicamente sobre formação, em um movimento contra hegemônico, recorta-se o contexto deste processo que se dá com a comunidade. Por isto a pergunta “qual a importância da comunidade descolonizada para a ciência?” é o motor da presente reflexão. Para tanto, observa-se a política de gestão comunitária, implementada pelo governo angolano desde o ano de 2010.

As construções de dados se deram a partir de pesquisa exploratória, na qual buscou-se observar, por meio de documentos, o acesso e uso da água e um modelo de gestão participativa com as comunidades, a importância da comunidade descolonizada para a ciência. O objetivo foi pensar as relações de silenciamento eurocêntrico que se estabelecem por meio da epistemologia e silenciam comunidades que não pertencem a este centro.

2 DESENVOLVIMENTO

Adentrar o cenário desta reflexão requer observar que há bases históricas e filosóficas do pensamento moderno que subsidiam e disputam determinar sua universalidade. Porém, ao afirmar esta universalização, não é considerada a pluralidade e diversidade de todos os povos, bem como seu pensamento epistemológico.

Diante disto, se observa que Hegel (2008) ao descrever, em sua ótica, o percurso histórico e filosófico da racionalidade humana, considera o mundo oriental como Índia, China e Pérsia, e no mundo ocidental parte dos gregos, romanos e germânicos, ao qual delimita e intitula como “história universal”. Este movimento é feito no livro *A Filosofia da História Universal*, do qual hemisfério Sul não faz parte, ficando então à margem do pensamento epistemológico moderno.

Para melhor compreender Hegel (2008) é imprescindível pontuar que este se posiciona com base na racionalidade, pois, para ele, “a razão governa o mundo”. Desta forma, acredita que a história pode ser racionalmente explicada, não estando os acontecimentos históricos desconexos, mas sim dentro da ciência lógica, acontecendo ordenadamente e justificada pela qual afirma que a história da “existência universal” só pode assim ser explicada. Em suas palavras:

O único que a filosofia aporta é a contemplação da história; é a simples ideia de a razão governa o mundo, e que, portanto, a história universal é também universal. [...] Por tanto, o estudo da história universal resultou e deve resultar em que nela tudo aconteceu racionalmente, que ela foi marcha racional e necessária do espírito universal; espírito cuja natureza é sempre idêntica e que a explicita na existência universal (Hegel, 2008, p. 17-18).

Posto o pensamento racional em que Hegel (2008) se sustenta para traçar uma filosofia da história universal, a qual é importante conhecer para melhor compreensão do pensamento epistêmico do autor e da composição do pensamento racional, mas que desconsidera o Sul, faz-se necessário questionar: Como pensar uma filosofia da história universal sem considerar os povos e ciência do Sul global? Como desconsiderar a produção científica de comunidades colonizadas pelos “centros científicos”? Nesta perspectiva, é importante posicionar que no mínimo se chegaria a uma concepção muito míope do que se busca traçar.

Por outro lado, Nietzsche (1983) mostra, por meio de suas reflexões, que a construção do conhecimento, como fluxo do ser vivo, é composta, dentre outras, por revisões, contradições, e alterações de posicionamentos. Escancara, para tanto, que o conceito contemporâneo de “verdade e mentira” é moral, e denuncia a pequenez humana diante da grandeza do universo. Afirma que em um minuto mais soberbo o conhecimento foi criado pelos humanos. Deste modo, entende-se que a concepção do conhecimento defendida pelo autor se identifica com a produção humana, e que, portanto, é conhecida pela perspectiva humana. Nota-se, em suas palavras: “Animais inteligentes inventaram o conhecimento” (Nietzsche, 1983, p. 53).

Nietzsche (*idem*) crítica a crença de universalização do conhecimento pelos homens, dentro do sentido do iluminismo, no qual a ideia central é o conhecimento por meio do uso da razão, e que este seria emancipatório. Para ele, o conhecimento pode ser usado a serviço da moral, ou seja, verdades que podem ser produzidas pela filosofia e pela ciência.

Agora, com efeito, é fixado aquilo que doravante deve ser "verdade", isto é, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, e a legislação da linguagem dá também as primeiras leis da verdade: pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira (Nietzsche, 1983, p. 54).

Desta forma, o que se observa através de Nietzsche (*idem*) é que a linguagem é o meio pelo qual se produz verdades, as quais não são necessariamente a realidade. Para compreender as relações subjacentes entre a realidade e a linguagem, apontamos a concepção de Foucault (1995) sobre o que é real, pois acredita que é, por meio da linguagem, a qual é instituída, que se pode situar um objeto no universo, assim afirma: “É por isso que se diz com frequência que

os objetos são objetos devido a seu caráter institucional, o que significa que é em virtude das convenções culturais da linguagem que eles são objetos” (Fourez, 1995, p. 48).

Ou seja, o conhecimento é construção, de maneira que algo é objeto quando se pode localizá-lo convencionalmente com uma percepção e comunicação, por isto afirma que o mundo se objetifica nas construções culturais e em sua relatividade e não de modo absoluto. O reconhecimento científico para Fourez (1995) se dá na adesão da comunidade científica, a observação não é neutra, ela passa pelo pesquisador, por sua subjetividade, de maneira que a ciência caminha também nos embates científicos, com rigor, mas sem negar sua alteração em tempo real, dadas as construções também plurais de adesão.

As palavras e conceitos também são criações humanas, mas por vezes equivocadamente são tomadas por verdades. Retomando Nietzsche (1983, p. 55), “O que é uma palavra? A figuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio da razão”.

Ela (2012), em sequência ao movimento crítico ao racionalismo, afirma que “[...] cada disciplina científica tem a sua linguagem e constrói conceitos adequados à compreensão da realidade” (*idem*, p.14). O camaronês e ativista da perspectiva das ciências africanas defende que para além do contexto no qual o saber é produzido, se deve considerar o estado da disciplina e os métodos pelos quais investigou a realidade num dado momento, do contrário se tem uma produção do saber incorpórea, que desconsidera o saber como humano.

Para além de desconstruir a ideia de pureza do discurso na construção do saber caracterizando uma universalidade, Ela (2012) convoca cientistas a contarem a história pela perspectiva africana, levando em conta todos os aprendizados que são oriundos deste continente e são apagados pela ciência eurocêntrica. Propõe, para tanto, uma nova racionalidade que se desfaça dos preceitos lógicos positivistas e articule o racional com o imaginário, na finalidade de resgatar integralmente a humanidade do pesquisador na produção da ciência, “[...] para encontrar a árvore que esconde a floresta, é necessário restituir a devida importância a esse “poder prodigioso da imaginação” que, na vida de inúmeros sábios, está na origem da maioria das descobertas” (Ela, 2012, p. 41).

Diante disto, é possível observar uma história do saber eurocêntrico que ao construir uma narrativa histórico e filosófica da ciência, produz um silenciamento de comunidades descolonizadas que não estão neste centro, fundando sentidos como legitimar que a ciência é branca e eurocêntrica. Eis o sequestro subjetivo das comunidades que não se enquadram nestes requisitos e um processo colonizador pela epistemologia.

E o que é a comunidade? Comunidade não é algo estático e acabado, mas movimento, na qual se para o humano ocidental pensou-se o fim da comunidade pela ausência de comunhão,

Nancy (1986) vai compreender que esta face também caracteriza a comunidade, e não a extingue: “A comunidade é feita da interrupção das singularidades, ou do suspenso que são as singularidades (*idem*, p.63). Comunidade é contexto de formação, e seus movimentos participam e se relacionam no processo de subjetivação.

Mbembe (2019, p. 20) discorre acerca da comunidade descolonizada:

se encontram na própria matéria da experiência colonial, na língua, na palavra, no discurso, nos escritos, nos cantos, nos atos e na consciência de seus protagonistas, e na história das instituições das quais eles se aproveitam, assim como na memória que eles forjam desses acontecimentos.

Fanon (1968), citado por Mbembe (2019) afirma que a comunidade descolonizada se definia por “sua relação com o futuro, a experiência de uma nova forma de vida, e uma ligação nova com a humanidade” (p.21-22). Diante disso, pensar a comunidade é pensar também seu processo de descolonização e decolonialidade, por esta razão passa por pensar formação.

Com relação à formação, Larrosa (2009), chama a atenção para as ponderações críticas de Nietzsche quanto à *Bildung* (formação), uma vez que esta percorre a via como desenvolvimento histórico-filosófico do espírito e como formação pedagógica no humanismo de sua época. Para o autor a ideia *Bildung* subjaz na *bildungsroman* (romance de formação), pois trata-se do indivíduo alcançar sua formação singular e processualmente ao longo do tempo, assim, chegar a ser o que se é.

Larrosa (2009) aponta a crítica de Nietzsche às concepções humanistas, históricas e da cultura de seu tempo em detrimento da *bildungsroman*. O autor acredita que o livro “Assim falou Zaratustra” seja uma obra nietzschiana que trata deste romance de formação. Os sujeitos da comunidade descolonizada estão no processo formativo da vida, de *bildungsroman*, pois ao buscarem soluções para problemas vivenciados trazem a dimensão da experimentação, se lançam na aventura do viver e com ela se formam no experienciar: “a experiência é o que nos passa e o modo como nos colocamos em jogo, nós mesmos, no que se passa conosco” (Larrosa, 2009, p.8).

Neste sentido, Larrosa (2009) chama a atenção para Nietzsche, solicita que não se sentencie a leitura de modo doutrinário, pois suas inquietudes rompem tempos e se apresentam no hoje de maneira que ao saboreá-las, senti-las, dança-las, podem fazer com que outras questões e releituras na escrita possam emergir. Neste sentido, importa é “[...] o que com Nietzsche, contra Nietzsche ou a partir de Nietzsche possamos (ser capazes ainda) de pensar” (*idem*, p.8).

Pensar a comunidade científica descolonizada está além de assumir uma postura racional ou sensível, mas uma complexidade que juntas mostram o exercício de estetizar a vida e vias de chegar a ser o que se é. De igual modo, compreende-se com Larrosa (2009) que os personagens

trazidos por Nietzsche em suas obras, não dizem respeito somente às obras, mas ao exercício de Nietzsche de chegar a ser o que se é, como o exemplo citado em *Ecce Homo*, no qual explicita o sujeito como não estável, e a experiência da vida *bios*, como experiência de si.

Larrosa (2009) chama a atenção para que se por um lado a palavra/ideia de “formação” se diluiu nas desconstruções e arqueologias da *bildungsroman*, por outro abre uma via de possibilidades. Ou seja, uma via a qual a produção do conhecimento não deve perder de vista, mas aprender com as comunidades descolonizadas, com seu saber da experiência.

Neste ponto é possível, retomando a ideia de estetização da vida, pensar a formação humana por meio da experimentação da vida. No exercício de resistência os sujeitos da comunidade descolonizada experienciam a dimensão também do sensível, pois atuam singular e coletivamente na busca por soluções frente aos efeitos da colonialidade, experimentam em si a possibilidade de conhecimento mediatizados também pelas vivências de seus contextos singulares.

3 CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: DADOS E PERSPECTIVAS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTINENTE AFRICANO E EM ANGOLA

Diante do exposto, para responder à questão motriz desta reflexão faz-se necessário contextualizar dados e perspectivas de acesso aos recursos hídricos no continente africano e Angola, local onde se constituiu comunidades descolonizadas.

A União Africana (UA), Organização Intergovernamental, com sede em Durban, África do Sul, trabalha no sentido de promover esforços para facilitar a realização das propostas do documento “Africa Water Vision 2025”, a partir de parcerias e projetos de cooperação entre as nações africanas, com o objetivo de potencializar os recursos hídricos no continente com políticas que promovam o interesse local público e desenvolvimento socioeconômico.

No texto do documento pode-se ler que os recursos estão sendo esgotados por ações humanas que reduzem a sua qualidade e quantidade. Com o aumento da poluição, desde poluição industrial a políticas e práticas de saneamento deficientes como esgoto não tratado, resíduos sólidos lançados em bueiros, contaminação por lixívia (água sanitária) utilizado na desinfecção de água e alimentos e depósitos de lixos.

As concentrações de resíduos sólidos excedem a capacidade dos rios de assimilá-los, resultando em escassez do recurso e doenças transmitidas pela água. Os dados sobre serviços de distribuição de água e saneamento básico, indicam que, na África rural, 65% da população não tem acesso a um abastecimento e 73% não tem acesso aos serviços de saneamento adequados. Nas áreas urbanas 25% e 43% respectivamente.

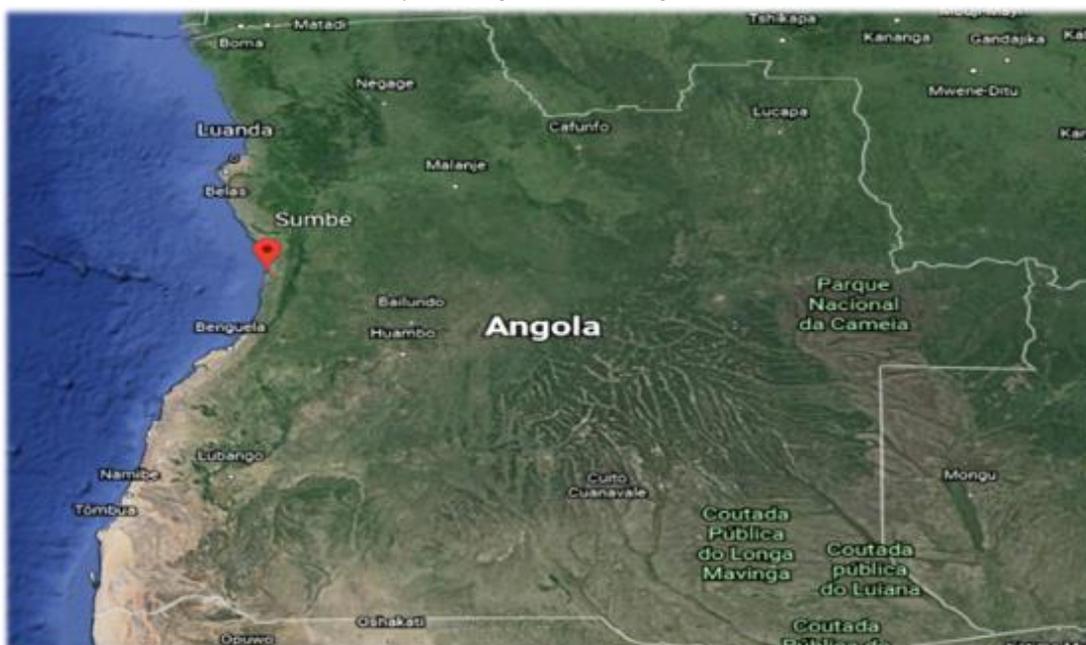
Em relação à Angola, país que foi cenário desta investigação em razão de suas comunidades descolonizadas, situa-se geograficamente na costa ocidental africana, banhado pelo oceano Atlântico e para o interior do continente fazendo fronteira com os países da República Democrática do Congo, República do Congo, Namíbia e Zâmbia. Da distribuição populacional, são estimados 34 milhões de habitantes para julho de 2021, com as áreas urbanas apresentando maiores concentrações de população.

Tornou-se independente em 1975 da invasão portuguesa e logo, em seguida, deflagrado uma guerra civil que durou até 2002. Como resultado da barbárie colonial, o país enfrenta problemas socioeconômicos como pobreza, mortalidade materna e infantil e analfabetismo.

Como membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), 40% da população se encontra abaixo da linha da pobreza concomitante a uma alta taxa de desemprego (INE, 2020). Também pertencente a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC - Southern African Development Community, a região e bloco econômico é rica em bacias hidrográficas. Mesmo com disponibilidade de água, em Angola não se verifica uma cobertura de distribuição e abastecimento de água e registrando um dos mais baixos da região.

Para compreensão situar o local ao qual está sendo abordado segue abaixo imagem com localização geográfica.

Figura 1 – Localização Geográfica de Angola e Cidade de Sumbe



Fonte: Imagem de satélite, Google Earth, abril de 2021

As projeções para o ano de 2025 colocavam Angola com uma disponibilidade de acesso e uso da água potável para 26 milhões de pessoas, tendo por base uma população de 13 milhões, verificados em 1995 (Sadc *et al.*, 2002). Registra-se uma evolução negativa, no serviço de

acesso e uso dos recursos hídricos, quando em 2021, estima-se 34 milhões de habitantes no país. Em suma, para além das causas naturais, existem fatores que ameaçam a sustentabilidade da utilização dos recursos hídricos. Estas questões tornam-se importantes desafios quer individuais e coletivos, o que faz necessário o conhecimento para as soluções destas problemáticas sejam com a comunidade, a qual passou pelo processo de descolonização.

4 A MODERNIDADE/COLONIALIDADE NO ACESSO E USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Desde o ano de 1994, as diferentes versões do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), vêm introduzindo debates em torno da segurança humana, destacando-se o problema da pobreza, violência, desigualdade social, processos de governança, acesso aos recursos hídricos e sustentabilidade ambiental, dentre outros.

Segundo Sorj (2005) com o término da Guerra Fria, no ano de 1991, a concepção de segurança humana não se configura somente mais como uma questão de se ter disponível um aparato militar e estratégias de políticas externas de defesa da soberania, mas sim, em torno da segurança de vida das pessoas e dignidade humana, com investimento em políticas públicas de acesso de interesse e extensão social, ou seja, na defesa dos direitos individuais.

Em relação às políticas de acesso, de acordo com o RHD, de 2019, as desigualdades e injustiças ambientais não somente têm raízes nas alterações climáticas, mas também, na justiça social, dentro os quais destaca-se a manifestação de desigualdade social em várias dimensões: estigmas sociais e práticas discriminatórias, exercício e distribuição de poder e gestão participativa das decisões.

Neste sentido, é importante observar que as abordagens, em torno da chamada crise mundial da água, vêm sendo debatidas como uma das possíveis causas de disputas do século. Diferentes edições dos relatórios, publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU), do World Development Report (WWAP, 2003, 2006, 2009, 2012 e 2020), têm diagnosticado a crise mundial hídrica como sendo um problema de “governança”, termo que se encontra crescente nos estudos e pesquisas relacionados ao tema (Jacobi; Sinisgalli, 2009).

Apesar do termo governança ser utilizado por muitas instituições em documentos oficiais, Sant’Anna (2011) aponta que existem diferentes interpretações quando se pensa em definições e sentidos das visões e valores dos autores que a propõe. No que se relaciona a política da água, governança apresenta-se como resultado das relações de poder entre setores sociais, ou seja, ignora-se as assimetrias entre os atores envolvidos no debate. Em um processo de decisão e de quem são esses atores envolvidos, afastando-se de uma visão instrumental de

governança para se pensar em políticas públicas de gestão participativa, verificam-se interesses, valores e princípios de quem decide, sobre os direitos de acesso, distribuição e gestão.

É um processo no qual é preciso ter cuidado quando se pensa na sua efetiva prática enquanto arcabouço de poderes e definição de políticas perante um modelo capitalista de acumulação extrativista. Complementa-se com Sant'Anna (2011) que, pensar uma crise de governança da água é pensar numa crise de tomada de decisões e das instituições. Não se verificam indícios de uma governança democrática com estas comunidades.

Nesse contexto apresentado, reconhece-se a importância do conhecimento com a comunidade descolonizada e para políticas públicas, como um processo ligado inteiramente ao termo governança, na medida em que, não se trata somente de fazer políticas sociais, mas sim, de as trabalhar como um processo intercultural, que não silencia contextos sociais e nem a relação comunidade-natureza-bem-estar.

Trata-se de uma questão de sobrevivência humana, as percepções das comunidades locais e de acesso aos recursos hídricos. Por isto, devem ser trazidas para o debate como movimento contra hegemônico perante uma modernidade/colonialidade caracterizada, de acordo com Santiago e Gonçalves (2017), pela separação entre sociedade e natureza e profanação da interculturalidade presente na relação com os territórios.

Em suma, construir políticas públicas, dentro de um modelo de governança, de acesso sem ouvir as comunidades locais é invalidar o seu saber, podendo incorrer em soluções que não vão ao encontro das reais necessidades, mas que se configuram em outras formas de colonizar e invalidar a cultura que está fora das perspectivas eurocêntricas.

Mignolo (2003) aponta a identificação das diferenças coloniais existentes, ou seja, uma epistemologia que se situa à margem do sistema mundial/colonial, diferença entre centro/periferia como um pensamento de fronteiras, que se coloca como um movimento hegemônico de um loci de enunciação, daqueles que participam na construção da modernidade/colonialidade e aqueles que são excluídos do debate.

As comunidades descolonizadas possuem especificidades que exigem este olhar contra hegemônico, pois suas relações sociais quando atravessadas pela colonialidade tira-lhe o direito de ser como é ao invalidar sua cultura e possibilidades de construir pensamentos, bem como se serem reconhecidas como participantes e produtoras de ciência.

5 CONSTRUÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

Para a construção dos dados empíricos fez-se levantamento bibliográfico de relatórios e documentos públicos sobre dados de acesso e modelos de gestão comunitária participativa em

Angola. Tais dados foram extraídos de fontes mediante pesquisa exploratória de pesquisas acadêmicas, material de imprensa independente, leis e sites governamentais.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo explorar, com vista a abordagem de temas mais precisos ou formulação de hipóteses que servirão de aporte para estudos posteriores. A metodologia tem por objetivo apresentar uma visão geral sobre determinado tema, ou contexto, muitas vezes constituindo uma primeira etapa de uma investigação mais ampla.

Em Angola, no âmbito das reformas políticas do setor das águas, Decreto Lei 02/07, criou-se a Direção Nacional de Águas (DNA). Em conjunto com as Direções Provinciais de Energia e Águas (DPEAs), administradores locais, ONGs como a *Development Workshop* (DW) e, comunidades, elaborou-se uma proposta de documento denominada Modelo de Gestão Comunitária da Água (MoGeCa, 2010). Não sendo abordada como um modelo estático, começou-se por ser testado em algumas comunidades e posteriormente no país. Na sua abordagem envolvia-se grupos locais na negociação hídrica, construção e gestão de pontos de água.

No documento pode-se ler que a gestão comunitária é vista como uma forma de cooperação entre a comunidade e o governo. O sistema de tratamento e abastecimento de água seria realizado por empresas, quer públicas quer privadas, mas na sua maioria privadas. A partir de consultas realizadas com a comunidade, lideranças locais e beneficiários criavam-se dados de quem estava disposto a melhores serviços de abastecimento de água e também, os dispostos a pagar pelo serviço, num sistema de transparência local com a empresa gestora do abastecimento de água.

Segundo o documento, foram identificados entraves na implementação do modelo de gestão comunitária: a comunidade local somente pagaria pelo serviço de abastecimento se soubesse qual seria o destino final do dinheiro investido e com comprovação do retorno social. Outro ponto seria o princípio de recuperação dos custos, pela empresa, em contrapartida pelo serviço prestado, que alega que os residentes da comunidade rural consideravam a água como dádiva de deus e não deveria ser paga, mas sim usada. E por último, ainda relacionado a questão de recuperação dos custos do serviço, em relação a existência ou circulação monetária, ou seja, as comunidades optarem por um meio de pagamento em espécie.

Verifica-se que os processos de negociação com a comunidade são realizados com a autoridade local, o Soba, representante da autoridade tradicional, no documento é descrito como uma comunidade que vive uma cultura de chefe.

Desta forma, é por meio de reuniões conjuntas com administradores municipais e demais representantes das coletividades, como o Soba, líderes de igrejas, de postos de saúde, e de organizações comunitárias em geral, que se considera importante alcançar os objetivos

previstos no projeto, dentre os quais, se faz a delimitação e construção de pontos de acesso à água com a própria comunidade, bem como, a eleição de um grupo responsável pela gestão do ponto de acesso e acompanhamento.

Abaixo seguem ilustrações do documento MoGeCa (2010) dos momentos de reuniões, eleição e controle do abastecimento de água.

Figura 2 – Encontro com as comunidades beneficiárias para mobilizá-las



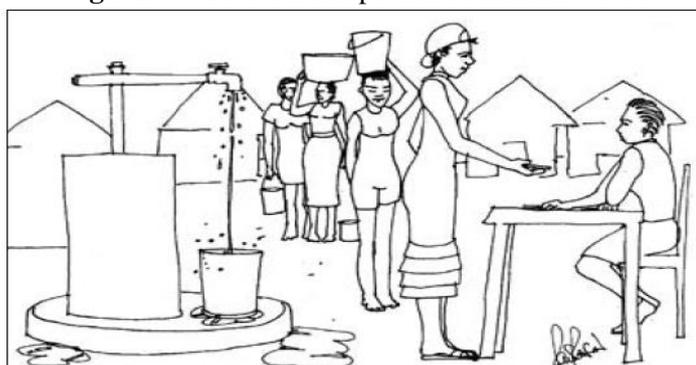
Fonte: Mogeça, 2010.

Figura 3 – Encontro para eleição do grupo de água e saneamento estrutura responsável pela gestão do ponto de água



Fonte: Mogeça, 2010.

Figura 4 – Controle dos pontos de abastecimento



Fonte: Mogeça, 2010.

Na cosmovisão Bantu a ligação com os cursos de água está associada também a relação com membros da comunidade, e o senso de parentesco, daqueles que não estão presentes em corpo físico. Os sentidos construídos para a relação com antepassados e ancestrais se dá pela simbologia da água, oferendas e festividades que garantem o vínculo e as responsabilidades ancestrais que trazem valores e dimensões que tornam a água do rio um valor em si para além das suas características físico-químicas.

Os documentos também mostram que embora o país tenha a segunda maior disponibilidade de água, do continente africano, a poluição das águas é um problema crescente, destacando-se a carência de políticas públicas de preservação das águas e rios, e de igual modo, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza, por sexo e idade, é de 40,6%, e de acesso às fontes de água apropriadas para o consumo, de 52,1%.

É possível observar que, para além do enfrentamento de dominação econômica e de conhecimento evidenciado na forma de tratamento de água, existe o silenciamento da prática ancestral e que resiste aos modelos do estado. Para tanto, constata-se que a ideia de modernidade, de razão, a qual se dá em tornar o outro civilizado, rotulando e apagando as memórias do outro não civilizado, instaura uma amnésia biocultural pelo apagamento da diversidade cultural de povos que nela habitam. Essa é uma percepção da racionalização que ocorre fruto de um conhecimento de acesso que desconsideram valores da cosmovisão bantu próprias da localidade, o que configura mais uma face do colonialismo eurocentrado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se refletir e responder sobre “qual a importância da comunidade descolonizada para a ciência?”, com o objetivo de pensar as relações de silenciamento eurocêntrico que se estabelecem por meio da epistemologia e silenciam comunidades inteiras por desconsiderá-las como produtoras de conhecimento.

Em razão disto, foi abordado, em um primeiro momento, uma contextualização de como se manifestava o pensamento ocidental universalista racional com base em Hegel (2012). Foi apresentado em Nietzsche (1983) como a ideia de ciência universal e verdades são moralmente construídas por meio da linguagem, em diálogo Fourez (1995), que conceitua que o real é uma convencionalidade aceita pelo código linguístico e não pela “coisa em si”. Posteriormente, foram apresentadas as críticas de Ela (2012) ao racionalismo, mostrando como os saberes nestes moldes podem silenciar toda uma comunidade científica por não considerar seu contexto, subjetividade e humanidade.

Em um segundo momento, trouxemos o conceito de comunidade, formação e a comunidade descolonizada para então apresentar problemáticas que foram identificadas, por

meio dos documentos hídricos de Angola, a tentativa da comunidade local (descolonizada) de buscar soluções para seus problemas com relação à água, e o quanto o atravessamento dos poderes oficiais, enquanto órgão de Estado, aprofundavam esta crise por partir de um pensamento racional e não levar em consideração o saber da vivência e cosmovisão local.

Para tanto, o documento de Modelo de Gestão Comunitária (2010) evidenciou um conflito com lideranças e comunidade local, pois apresenta verdade racionalizada, conceituada por Hegel (2012), em uma linguagem que impõe uma realidade que exclui a comunidade a quem se destina. O saber se dá no questionamento do porquê se pagar pelo acesso e uso da água, enquanto a comunidade questiona por entender que antes da exploração hídrica do local havia a relação homem-natureza, e a água teria sido deixada pelo divino ancestral para cuidado e o uso da comunidade, questionam ainda sobre quem consegue pagar pelo serviço.

Ao mostrarem, no documento, a crença na abundância de água como um recurso que sempre esteve e estará presente para a comunidade local, realçando a relação com a natureza e o território, quer seja para o consumo ou como recurso para funcionar hidrelétrica e a agropecuária, são dados que relatam as histórias locais e da relação da comunidade local e a água. Evidencia que a comunidade e demais lideranças locais é que tomaram decisões para cuidar do rio durante e no pós-guerra civil que o país vivenciou na luta pela independência. Porém este saber é invalidado, pois de acordo com Fourez (1995), a realidade é instituída e convencionalizada, neste caso pelos dirigentes do Estado como sendo a correta.

Nietzsche (1983) ao criticar a crença de universalização do conhecimento pelos homens oferta a possibilidade de olhar para situações como estas. As pessoas que são tidas como “especializadas” por comporem as convenções do Estado nada conhecem da vivência local, o que resultou em soluções que não foram capazes de dialogar e solucionar a crise hídrica identificada. Por isto, esta situação encerra a possibilidade da universalidade do saber especializado sobre o saber local.

Os dados evidenciam que a comunidade descolonizada é muito importante para a construção científica, pois para além de pluralizar o conhecimento, é um movimento contra hegemônico, uma vez que parte do saber da experiência das vivências locais para buscar soluções para seus problemas. Isto é fundamental porque uma tomada de decisão hegemônica não se efetiva nesta comunidade local, a qual possui crenças, costumes, cultura e lideranças próprias.

Diante disto, conclui-se que o saber especializado por parte de organizações que operam meios de exploração e obtenção de lucros, fruto da modernidade/colonialidade, silenciam processos de governança e de tomada de decisões locais, e também a diversidade de memórias e cultura dos povos a que nela habitam. Torna-se importante repensar o que se coloca como gestão comunitária e de como ela é implementada, servindo de aporte para estudos futuros. Aponta-se a importância da investigação para o direito de acesso e uso da água e para a construção de políticas com a comunidade considerando seu contexto histórico filosófico.

Propõe-se para tanto, uma “epistemologia do saber da experiência com a comunidade”, que conforme solicitava Ela (2012), se desfaça dos preceitos lógicos positivistas e articule racional com o imaginário, na finalidade de resgatar integralmente a humanidade do pesquisador na produção da ciência, pois a importância da comunidade para ciência, com base nos dados, é sobretudo, ela é, participa e produz conhecimento a partir de sua própria realidade singular.

REFERÊNCIAS

- AFRICA WATER VISION 202m5. *Economic Commission for Africa*. Addis Ababa, Ethiopia. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/african%20water%20vision%202025%20to%20be%20sent%20to%20wwf5.pdf>. Acesso em: jan. 2021.
- ELA, J. M. *Investigação científica e a crise da racionalidade*. 2. ed. Luanda: Edições Pedago, 2012. (Coleção Reler África)
- FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HEGEL, G. W. F. Tipos de abordagem da história e do princípio universal da história filosófica. In: HEGEL, G. W. F. *Filosofia da história universal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. (org.) *Dimensões político-institucionais da governança da água na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, 2009.
- LARROSA, J. *Nietzsche & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.
- MBEMBE, A. *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. Ministério da Energia e Águas. *Modelo de Gestão Comunitária de Água*. Luanda: Development Workshop Angola, 2010. 421 p. Disponível em: www.unicef.org/angola/media/1416/file/Modelo%20de%20Gestao%20Comunitaria%20de%200Agua.pdf. Acesso em: jan. 2021.
- SANT'ANNA, F. M. Governança global dos recursos hídricos transfronteiriços: o papel da cooperação internacional e da cooperação transfronteiriça. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo, *Anais* [...]. São Paulo: USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000200009&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SANTIAGO, B. M.; GONÇALVES, C.W.P. Cuestiones críticas sobre extractivismo y productivismo: un análisis desde el pensamiento crítico, la ecología política y las prácticas

políticas de los grupos subalternizados. In: ALIMONDA, H. *et al.* *Pensamiento crítico, diferencia latino-americana y rearticulación epistémica*. 1 ed., v 2. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Ciccus, 2017.

SORJ, B. Segurança, segurança humana e América Latina. *Sur. Revista internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 40-59, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000200004>. Acesso em: 15 nov. 2020.

WWAP. World Water Assessment Programme. *Managing Water under Uncertainty and Risk*. The United Nations World Water Development Report 4 (3 vol.). Paris, UNESCO, 2012

WWAP. World Water Assessment Programme. *Water and climate change*. The United Nations World Water Report 2. Paris e Nova York: UNESCO e Berghahn Books, 2020.

WWAP. World Water Assessment Programme. *Water for people, water for life*. The United Nations World Water Report. Paris e Nova York: UNESCO, Berghahn Books, 2003.

WWAP. World Water Assessment Programme. *Water in a Changing World*. The United Nations World Water Development Report 3. Paris, UNESCO e Londres, Earthscan, 2009.

WWAP. World Water Assessment Programme. *Water, a Shared Responsibility*. The United Nations World Water Report 2. Paris e Nova York: UNESCO e Berghahn Books, 2006.

SOBRE OS AUTORES

Marta Soares da Silva é graduada em Pedagogia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava - FFCL, especialista em Educação de Jovens e Adultos para os Privados de Liberdade, pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, mestra em Educação pela UFTM, com apoio da FAPEMIG, e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É membro dos grupos de pesquisa NEAB/UFSCar e Educação e relações étnico-raciais. E-mail: marta_soaresdasilva@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8660-861X>

Stefano Rocha da Cruz é graduado em Relações Internacionais, com ênfase em comunicação e cooperação internacional, pela Universidade de Ribeirão Preto, com bolsa mérito do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pelo programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP Campus Franca, com apoio da FAPESP. E-mail: stefrcruz@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9827-4955>

Cláudia Maria Costa Dias é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava, mestra em Investigação Educativa e em Desarrollo Local e Innovación Territorial pela Universidad de Alicante, Espanha, onde também cursa o doutorado em Psicologia Evolutiva e Didática pela Universidad de Alicante. É docente em cursos de graduação e pós-graduação na Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED, Espanha. E-mail: educartem@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4042-0950>

*Recebido em 01 de agosto de 2023
Publicado em 16 de dezembro de 2023*